

PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS: IDENTIDADE, INCLUSÃO E RESPEITO

Simony Ricci Coelho ¹

Edith Maria Marques Magalhães ²

Denilson Costa Soares ³

Emanuele do Nascimento Duarte ⁴

Ana Clara da Silva Gomes ⁵

RESUMO

A Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003)¹ - fruto de lutas históricas do Movimento Negro do Brasil pela democracia racial e combate ao racismo - indica a obrigatoriedade de se aplicar conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. Entretanto, apesar de sua promulgação, ainda existem conflitos sociais na escola quando os profissionais negam ou silenciam o trabalho com essas questões. Assim, chegou-se ao objetivo deste projeto de ampliar as discussões e novas olhares, na perspectiva de promover práticas pedagógicas antirracistas que possam ser utilizadas no chão da escola. Para desenvolver este estudo, escolheu-se a metodologia qualitativa por meio de análise documental e bibliográfica. Para tanto, as práticas educativas antirracistas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, educadores ao promoverem a diversidade e o respeito, podem transformar os bancos escolares em um espaço de aprendizado e celebração da pluralidade cultural, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

Palavras-chave: Legislação; Lei 10639/2003; Ensino Fundamental; Práticas Pedagógicas Antirracistas

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço privilegiado de socialização e formação de identidades, onde se constroem valores, saberes e modos de convivência. Entretanto, ainda persiste, no cotidiano das instituições escolares brasileiras, a reprodução de práticas, discursos e representações que reforçam o racismo estrutural, invisibilizando as identidades negras e naturalizando estereótipos. A discriminação racial, como aponta Gomes (2012), não se manifesta apenas em ofensas explícitas, mas também em gestos, silenciamentos e omissões que se expressam nas relações pedagógicas e curriculares.

¹ Doutora em Cultura, Humanidades e Artes -UNIGRANRIO- RJ, UNIG/RJ_ simonyricci@hotmail.com

² Doutora em Educação pela UFRJ_ RJ , edithmagalhães20@gmail.com

³; Mestre-Universidade Veiga de Almeida_ Universidade Iguaçu - RJ, denilsondmx@gmail.com

⁴ Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu - RJ, emanueleduarte04@gmail.com

⁵Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu- UNIG-RJ,anaclaragomex2002@gmail.com



Assim, relevância desta pesquisa reside na urgência de se discutir e implementar práticas educativas que reconheçam a criança negra como sujeito de direitos, saberes e



história. Apesar da obrigatoriedade legal de inserção da temática afro-brasileira nos currículos, observa-se que, em muitos contextos, as ações permanecem restritas a datas comemorativas, sem promover uma reflexão crítica e contínua sobre o racismo e suas implicações no ambiente escolar.

Tal limitação contribui para o silenciamento das vozes negras e para a manutenção de um currículo que privilegia visões monoculturais. A escola, como primeira instituição social com a qual a criança estabelece contato fora do ambiente familiar, desempenha papel fundamental na formação de sua identidade e no desenvolvimento do sentimento de pertencimento. Por isso, investir em práticas pedagógicas antirracistas significa fortalecer o compromisso ético e político da educação com a equidade e a justiça social.

Dessa forma, este estudo tem como propósito analisar de que maneira as práticas educativas antirracistas podem contribuir para o fortalecimento da identidade, da inclusão e do respeito à criança negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho fundamenta-se em abordagem **qualitativa**, de caráter **bibliográfico e documental**, conforme orientações de André e Gatti (2008) e Gil (2017), tendo como principais referenciais teóricos Gomes (2002, 2003, 2012), Garcia (2007) e DaMatta (1986).

Pretende-se, com isso, promover uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas no contexto escolar e contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, plural e comprometida com a valorização da cultura afro-brasileira e com o combate ao racismo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem qualitativa, conforme defendem André e Gatti (2008), que reconhecem a relevância desse tipo de investigação na área da Educação, por permitir uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos educativos em seus múltiplos contextos.

De acordo com as autoras, os métodos qualitativos contribuem significativamente para o estudo de questões relacionadas aos processos escolares, às políticas públicas, às relações sociais e institucionais, às práticas culturais e ao cotidiano pedagógico, possibilitando identificar tanto as mudanças quanto as permanências que caracterizam a realidade educacional.



Por fim, na quarta etapa, os dados obtidos foram sistematizados e interpretados de maneira crítica, constituindo um corpus teórico e prático capaz de oferecer subsídios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas. Essa análise final



permitiu refletir sobre os valores e conhecimentos produzidos pela escola na formação de cidadãos conscientes, éticos e respeitosos quanto à diversidade étnico-racial.

Assim, a metodologia adotada demonstrou-se eficaz para alcançar os objetivos propostos, contribuindo para a ampliação do debate sobre políticas educacionais voltadas à equidade racial e fortalecendo o papel da escola como espaço de transformação social e de promoção da cidadania.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento desta pesquisa fundamentou-se em referenciais teóricos e normativos que sustentam a discussão sobre as práticas educativas antirracistas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, tendo em vista a necessidade de compreender a escola como espaço de formação de identidades, de valorização da diversidade e de promoção da equidade social.

A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), constitui o marco legal mais significativo na luta por uma educação antirracista. Essa lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis e modalidades da educação básica, representando um avanço no reconhecimento da contribuição do povo negro para a formação social, econômica e cultural do Brasil (BRASIL, 2003).

Entretanto, conforme destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004), a efetivação dessa política depende da reelaboração de práticas pedagógicas e da formação docente voltada à valorização da diversidade e à superação de preconceitos arraigados no cotidiano escolar.

Nesse contexto, a Resolução CNE/CP nº 2/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforça o compromisso das escolas com uma formação integral, humanizadora e plural, que respeite as diferenças e promova a aprendizagem significativa para todos os estudantes.

A BNCC amplia a perspectiva trazida pela Lei nº 10.639/2003 ao propor competências gerais que estimulam o reconhecimento da diversidade cultural, o respeito mútuo e a convivência democrática (BRASIL, 2017). Essa base legal orientou a primeira etapa da pesquisa, que consistiu na leitura e análise documental das legislações



educacionais, a fim de identificar o modo como os textos normativos sustentam as práticas antirracistas no currículo escolar.

Entre os autores que fundamentaram a discussão, destaca-se Nilma Lino Gomes (2002, 2003, 2012), cuja obra é essencial para compreender as dimensões simbólicas e culturais das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Em seus estudos, a autora denuncia o racismo institucionalizado e o silêncio que permeia as práticas pedagógicas, chamando atenção para as formas sutis de discriminação expressas nas relações cotidianas e nas representações sobre o corpo negro.

Em “Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo” (2002), Gomes discute como os estereótipos associados ao cabelo crespo e à estética afro-brasileira são reproduzidos na escola, interferindo na construção da autoestima e da identidade dos alunos. Já em “Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos” (2012), a autora propõe uma educação descolonizadora, comprometida com a desconstrução dos currículos eurocentrados e com a valorização dos saberes e experiências afrodescendentes.

Garcia (2007) também contribui para o entendimento da presença histórica do racismo nas instituições educacionais, analisando o processo de exclusão e marginalização do negro na educação brasileira entre 1993 e 2005. O autor demonstra que, mesmo após a criação de políticas públicas voltadas à inclusão, a cultura escolar manteve práticas excludentes e reproduziu valores de uma sociedade estruturada pela desigualdade racial.

Complementando essa discussão, DaMatta (1986) amplia o olhar sobre a identidade nacional e o reconhecimento da diversidade como dimensão essencial do ser brasileiro. Para o autor, compreender o Brasil implica valorizar a pluralidade de suas origens e romper com a ideia de homogeneidade cultural, o que se relaciona diretamente com a proposta desta pesquisa ao propor práticas educativas que afirmem a multiplicidade de identidades presentes na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções acadêmicas, projetos pedagógicos e materiais didáticos publicados entre os anos de 2019 e 2024 evidenciou o avanço gradual das práticas educativas antirracistas no contexto escolar brasileiro, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental.



Essas iniciativas refletem os esforços de docentes e instituições em consolidar ações pedagógicas alinhadas à Lei nº 10.639/2003, à Lei nº 11.645/2008, à BNCC (2017) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004a; 2004b), bem como às orientações do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares – PNEERQ (2024).

Entre as práticas mais recorrentes e efetivas, destacaram-se as atividades relacionadas à Literatura Afro-Brasileira e à Contação de Histórias, que têm se mostrado potentes instrumentos pedagógicos de valorização da identidade negra e de combate aos estereótipos.

A utilização de obras literárias que retratam personagens, autores e narrativas afro-brasileiras permite ampliar o repertório cultural dos alunos e promover a identificação positiva com suas origens. Essa abordagem estimula o diálogo sobre ancestralidade, resistência e pertencimento, fortalecendo a autoestima e o reconhecimento da diversidade cultural entre as crianças.

Outra prática significativa identificada foi a ampliação da representatividade nos materiais escolares, aspecto essencial para a construção de um currículo mais inclusivo. As pesquisas analisadas demonstram que, quando os materiais didáticos e recursos visuais contemplam a diversidade étnico-racial, as crianças negras passam a se ver retratadas positivamente no ambiente escolar, o que contribui para o sentimento de valorização e pertencimento.

Essa prática também atende aos princípios da BNCC, que defende a formação integral do sujeito, a partir da valorização das diferenças e da promoção do respeito mútuo (BRASIL, 2017).

As expressões culturais corporais, especialmente nas áreas de Educação Física e Artes, também se mostraram fundamentais na implementação de práticas antirracistas. Projetos que exploram danças afro-brasileiras, capoeira, maracatu, samba de roda, jogos tradicionais africanos e outras manifestações culturais permitem o reconhecimento do corpo como espaço de identidade, história e resistência.

Essas práticas possibilitam que os estudantes compreendam a importância do corpo negro na cultura brasileira, desconstruindo estigmas e promovendo a valorização estética e simbólica das matrizes africanas.

A análise dos sites e materiais de apoio utilizados revelou a relevância de plataformas voltadas à educação para as relações étnico-raciais. Entre elas, destacam-se A Cor da Cultura, o portal Nova Escola – Educação Antirracista, o Instituto AMMA



Psique e Negritude e o Portal do MEC (PNERRQ, 2024). Esses recursos oferecem subsídios teóricos e práticos para o planejamento pedagógico, disponibilizando materiais formativos, planos de aula, vídeos e textos que orientam educadores na construção de práticas inclusivas e contextualizadas. A convergência desses conteúdos com as legislações vigentes demonstra o compromisso coletivo de consolidar uma educação que promova a igualdade racial e a cidadania.

Além disso, os projetos interdisciplinares identificados em diferentes regiões do país apontam para uma tendência de integração das temáticas étnico-raciais nos diversos componentes curriculares, rompendo com a ideia de que o ensino sobre a cultura afro-brasileira deve restringir-se às datas comemorativas ou a disciplinas isoladas. Essa abordagem interdisciplinar amplia o alcance das práticas antirracistas e reforça a necessidade de envolvimento coletivo da comunidade escolar.

Outro eixo importante encontrado foi o investimento na formação docente e no planejamento antirracista. As pesquisas revelam que a efetividade das ações pedagógicas depende, em grande medida, do preparo dos professores para lidar com a diversidade racial em sala de aula.

A formação continuada, quando orientada pelas Diretrizes Curriculares e pelo PNEERQ (2024), tem possibilitado a ampliação da consciência crítica dos educadores e a reformulação de suas práticas, de modo que o combate ao racismo se torne parte integrante e permanente do projeto político-pedagógico da escola.

Assim, conclui-se que os artigos, projetos e materiais analisados atendem às legislações educacionais vigentes e contribuem para a efetivação de uma Educação Antirracista, pois dialogam com os princípios de equidade, reconhecimento da diversidade e valorização das identidades afro-brasileiras. As práticas mapeadas demonstram que o compromisso com a educação inclusiva vai além do cumprimento legal: representa um ato de resistência, transformação e justiça social, reafirmando o papel da escola como espaço de emancipação e de reconstrução da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender que a efetivação de uma educação antirracista no contexto escolar brasileiro ainda constitui um desafio complexo e multifacetado, embora representado por avanços significativos em termos legais, pedagógicos e sociais.



As análises realizadas evidenciaram que, apesar da existência de um arcabouço normativo robusto — composto pela Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2004a; 2004b), pela BNCC (2017) e pelo PNEERQ (2024) —, a implementação dessas políticas enfrenta entraves relacionados à ausência de formação docente específica, à resistência de alguns setores da comunidade escolar e à escassez de materiais didáticos que representem de forma justa e plural as identidades afro-brasileiras.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a validação das leis e dos materiais pedagógicos voltados à Educação Antirracista é essencial para consolidar uma escola comprometida com a justiça social e a equidade racial. Contudo, constatou-se que a formação docente continuada é um fator determinante para que as práticas educativas sejam transformadoras e capazes de romper com padrões discriminatórios historicamente arraigados.

A resistência à abordagem da temática racial ainda se faz presente, muitas vezes sustentada por concepções ultrapassadas de neutralidade pedagógica ou pelo desconhecimento sobre as legislações que regem a matéria.

A investigação revelou, também, que as práticas pedagógicas analisadas — como o uso da literatura afro-brasileira, a contação de histórias, a representatividade nos materiais escolares e as expressões culturais corporais — constituem estratégias eficazes na promoção da autoestima, do pertencimento e do reconhecimento identitário dos alunos negros. Tais experiências demonstram que a escola, quando orientada por princípios de diversidade e respeito, torna-se um espaço de emancipação e reconstrução de narrativas históricas silenciadas.

No âmbito metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental possibilitou mapear iniciativas e recursos que contribuem para o fortalecimento das práticas antirracistas, destacando o papel de plataformas e projetos como A Cor da Cultura, Nova Escola – Educação Antirracista, o Instituto AMMA Psique e Negritude e o Portal do MEC (PNERRQ, 2024), que disponibilizam materiais formativos e ações voltadas à inclusão racial na educação básica.

Os achados deste estudo dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o ODS 10, que visa à redução das desigualdades e à promoção da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de raça, cor ou origem.



Nesse sentido, a educação antirracista se alinha a uma agenda global de transformação, ao propor práticas pedagógicas que enfrentem as exclusões históricas e assegurem o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Portanto, a consolidação de uma educação antirracista nos anos iniciais do Ensino Fundamental exige o comprometimento coletivo das instituições escolares, das políticas públicas e da formação docente.

É necessário avançar de ações pontuais para estratégias permanentes, que estejam integradas ao projeto político-pedagógico das escolas e ao cotidiano das salas de aula. Promover uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo é mais do que um dever legal: é um ato ético, político e humanizador, essencial para a construção de uma sociedade democrática e igualitária, onde cada criança possa reconhecer-se, orgulhar-se e afirmar sua identidade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M; GATTI, B. A. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**- Trabalho no Simpósio Brasileiro- Alemão de Pesquisa Qualitativa e Interpretação de Dados, realizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, de 26 a 28 de março de 2008.

A COR DA CULTURA. *Programa de formação de professores e valorização da cultura afro-brasileira*. Fundação Roberto Marinho; **Canal Futura**; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Ministério da Educação; Petrobras. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.acordacultura.org.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais** e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução **CNE/CP Nº 2, 22 de dezembro de 2017** institui a Base Nacional da Educação, Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10. 639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e



Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREITAS, W.R.S; JABBOUR, C.J.C. Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v.18, n 2, p.07-22, 2011.

GARCIA, R. C. (2007). **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

GOMES, N. L. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2002.

_____ - GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. v. 29, n. 1, jan.-jun. 2003a. p. 167-182.

_____ **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, 2012a.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

AMADO, Jorge. **Capitães de Areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Formação e pesquisa sobre identidade negra e relações raciais**. Disponível em: <https://ammapsique.org.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portal da Educação Antirracista – PNEERQ 2024**. Disponível em: <https://pnerrq.mec.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

